



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI**  
**NÚCLEO DE ENSINO A DISTÂNCIA**  
**GESTÃO PÚBLICA**

**DENISE FONTES**

**A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO A CAPACITAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E O CASO DAS ESCOLAS DE GOVERNO.**

**ARAXÁ**

**2018**

**DENISE FONTES**

**A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO A CAPACITAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E O CASO DAS ESCOLAS DE GOVERNO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Gestão Pública da  
Universidade Federal de São João Del Rei,  
como requisito parcial para obtenção do  
grau de Especialista em Gestão Pública.  
Orientador:**

**ARAXÁ**

**2018**

**DENISE FONTES**

**A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO A CAPACITAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E O CASO DAS ESCOLAS DE GOVERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de São João Del Rei, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em 15 de setembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO  
JOÃO DEL REI. ORIENTADOR.**

---

**PROF.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO  
JOÃO DEL REI.**

---

**PROF.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO  
JOÃO DEL REI.**

## DEDICÁTORIA

Aos meus pais, razão de minha existência.

A Deus.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meu orientador Eduardo pela paciência e grande ensinamentos. Agradeço também minha família e amigos, principalmente meus pais e amigas Karine e Poliana.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

Cora Coralina

## **RESUMO**

A presente pesquisa busca informações que justifiquem a importância da capacitação dos servidores públicos, e também de iniciativas dos gestores públicos para incentivarem maior desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos. Também problematiza como se pode melhorar a qualidade do serviço público com servidores mais preparados; e como os gestores públicos podem voltar suas ações para a capacitação dos servidores. Nesse cenário, ganham vulto as escolas de governo como alternativa para a promoção da capacitação dos servidores. Para essa análise, foram utilizadas pesquisas e informações com temas ligados a essas questões e que formam base para maior entendimento da questão. Este trabalho traz alguns exemplos de escolas de governo, como estão organizadas, as possibilidades nelas presentes, e problematiza a necessidade de ações que promovam mais escolas de governo em nosso país. Busca também informações gerais sobre a região do Triângulo Mineiro, a fim de evidenciar e sugerir que haja mais investimentos na capacitação dos servidores públicos nessa região, não somente pela importância econômica que tem, mas por ser também destaque na área educacional, pois possui algumas universidades importantes para a região. Conclui-se que a educação ainda é um dos melhores meios para a obtenção de mais conhecimento e que também gera uma melhora na qualidade do serviço público, com consequências positivas para a gestão pública.

Palavras-Chave: Capacitação, servidor, escolas de governo, educação, gestão pública.

## **ABSTRACT**

The present work looks for pieces of information that justify the importance of the training of public servers, as well as initiatives of public managers to encourage greater development and training of public servers. It also discusses how to improve the quality of the public service with more prepared servers; and how public managers can turn their actions toward empowering the servers. In this context, the schools of government are gaining importance as an alternative for the promotion of the qualification of the servers. For this analysis, were used some researches and pieces of information with themes concerned to those matters and that form the basis for a better understanding of those issues. This paper discusses some examples of schools of government, how they're organized, the possibilities in that kind of institutions, and it problematizes the need for actions that promote more schools or government in our country. It also seeks general information about the region of Triângulo Mineiro, in order to highlight and suggest that there should be more investment in the training of public servers in that region, not only for the economic importance it has, but also for being prominent in the educational field, since it has some important universities for its region. It is concluded that education is still one of the best means to obtain more knowledge and it generates an improvement in the quality of the public service as well, with positive implications for public management.

**Key Words:** Training, server, schools of government, education, public management.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Apresentação .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. Problema .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3. Relevância do tema .....</b>	<b>11</b>
<b>1.4. Objetivos .....</b>	<b>12</b>
<b>2 IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES .....</b>	<b>13</b>
<b>3 AS ESCOLAS DE GOVERNO .....</b>	<b>19</b>
<b>4 AS CIDADES DO TRIÂNGULO MINEIRO, UBERLÂNDIA, UBERABA, ARAGUARI E ARAXÁ SOBRE ASPECTOS EDUCACIONAIS, POPULACIONAIS E ECONÔMICOS E AS ESCOLAS DE GOVERNO.....</b>	<b>23</b>
<b>4.1. Uberlândia.....</b>	<b>23</b>
<b>4.2. Araguari.....</b>	<b>25</b>
<b>4.3 Araxá .....</b>	<b>26</b>
<b>4.4. Uberaba.....</b>	<b>27</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>6 O REFLEXO DAS ESCOLAS DE GOVERNO: ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>31</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>

# **1 INTRODUÇÃO**

## **1.1. Apresentação**

Inicialmente a presente pesquisa procura referências de outros estudos que estejam em consonância com o tema a ser tratado. Referências que possam embasar sobre a importância de iniciativas dos gestores públicos para incentivar um maior desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos. E também sobre as Escolas de Governo, embora um assunto relativamente recente, mas que pode ser um caminho viável e positivo para os gestores. A presente pesquisa procura definir como é seu campo de atuação, procurar exemplos e prováveis efeitos.

## **1.2. Problema**

Na estrutura do governo do Brasil a maioria das funções são ocupadas por servidores públicos. E estes realizam funções que tem como foco a população em geral, e estes serviços vão desde atendimentos, prestação de serviços, gestão e formulação de políticas públicas. E uma forma muito importante de procurar melhorar a qualidade desses serviços é que se busque maior conhecimento, capacitar os servidores para que tenham condições de realizar suas funções com mais eficiência.

É importante que os gestores busquem formas de incentivar a capacitação dos servidores. Uma das formas existentes para isso são as Escolas de Governo. Elas podem ser vistas em todos os níveis do governo federal, estadual e municipal. Procuram parcerias para poder oferecer cursos, palestras e maneiras de compartilhar conhecimento.

A presente pesquisa busca saber mais sobre a importância da capacitação dos servidores públicos e de que forma ela afeta a qualidade dos serviços oferecidos dentro das esferas de governo. E adentrar nas opções de incentivo ao desenvolvimento dos servidores como as iniciativas das Escolas de Governo. Procurar evidências sobre elas e se podem gerar efeitos positivos. Quando o funcionário ingressa no serviço público, seja por concurso ou outra forma de entrada, nem sempre ele tem qualificação adequada e específica para a função que irá realizar na instituição.

Para tanto procurar respostas para os seguintes questionamentos: De que maneira pode se incentivar a capacitação dos servidores? Como as Escolas de Governo têm contribuído na formação dos servidores públicos e no aperfeiçoamento da máquina estatal?

### 1.3. Relevância do tema

Eficiência que é um dos princípios pela Constituição Federal. Em (MEIRELLES, 1990) o dever de eficiência é o que se espera dos agentes públicos, que executem suas funções com cordialidade, qualidade, agilidade e rendimento funcional. Que vai além da legalidade, se espera resultados positivos e o satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Na medida em que se melhora a qualidade do serviço público os benefícios são para todos os cidadãos da sociedade. É importante para a instituição ter servidores mais capacitados que trarão agilidade, conhecimento e motivação no trabalho e cotidiano das atividades municipais. O tema será baseado na importância da capacitação dos servidores públicos para que haja maior eficiência no serviço público.

A nossa Constituição Federal de 1988, prevê que haja iniciativas para criação e desenvolvimento das escolas de governo. Estas para que seja oferecida aos servidores alguma possibilidade de capacitação e de crescimento educacional. Desde palestras, cursos e apoio para que os funcionários concluam alguma elevação em sua escolaridade conforme a necessidade da área onde ele atue.

E podemos dizer, como aponta Cadine (2007), que a educação é um grande meio para o desenvolvimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda precisamos fazer mais.

No ponto de vista do servidor a autora ainda evidencia que o incentivo à educação funciona como ferramenta motivacional para os servidores. Motivação é uma necessidade do ser humano. Ela cria a vontade de alcançar metas e objetivos. Dentro das organizações isto é importante na medida, que possibilita resultados positivos. Pode encorajar empregados potenciais a ingressar na empresa, estimular os empregados a produzir mais ao desempenhar suas funções com eficácia e também encorajar os empregados a continuar no mesmo local de trabalho.

A busca pelo conhecimento ainda sim parece ser a melhor forma de se avançar e se desenvolver. A presente pesquisa espera que o incentivo ao aperfeiçoamento dos servidores e os resultados das Escolas de Governo tenham reflexos positivos no nível de qualificação dos servidores.

## 1.4. Objetivos

### Objetivo Geral

Analisar a importância de investir na capacitação dos servidores.

### Objetivos Específicos

- a. Verificar se as Escolas de Governo contribuem para a qualidade do serviço público;
- b. Investigar como as Escolas de Governo atuam na formação dos servidores;
- c. Analisar a existência e atuação das Escolas de Governo no Triângulo Mineiro.

## **2 IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES**

Conforme Araujo (2013) há muitos anos já havia indícios de uma relação entre educação e trabalho. Baseando em um histórico de mudanças, que constituíram o desenvolvimento das necessidades do homem de se organizar para viver em grupo. Importante destacar que o papel da educação ao longo da história voltou-se para a construção de valores e preparação para o mercado de trabalho, onde o trabalhador obtenha mais produtividade, maior autonomia e tenha condições de tomar decisões para que este possa ter um futuro econômico e social estável.

O trabalho surgiu da necessidade de sobrevivência do homem. Seguindo Degan (2016) a história do trabalho acompanha a do homem, este desde seus primórdios realizavam atividades para manter sua vida. Ou seja, para que tenha condições materiais de suprir suas necessidades básicas. O que ainda é importante, pois precisamos ter recursos materiais para nossas necessidades cotidianas. Desde escravidão, feudalismo, revolução industrial, greves, crises e lutas sindicais. No começo existiam atividades simples e hoje temos vários tipos de funções, com tipos diferentes níveis de complexidade.

Os trabalhadores passaram a querer mais do que somente sobreviver. Começaram a surgir outras necessidades e outras motivações para o trabalhador. Em Periard (2011) o autor cita Maslow e sua teoria sobre as necessidades humanas. Para este autor o trabalhador tenta primeiramente satisfazer suas necessidades básicas. Mas também buscar satisfazer outras necessidades. Ou seja, existem também necessidades sociais, status ou estima e autorrealização pessoal. O indivíduo pode ter vários tipos de motivação, o que o move para sair de casa todos os dias para trabalhar. É importante que este tenha fatores motivacionais que o impulsione nas tarefas cotidianas. E partindo de um pressuposto que as necessidades básicas do trabalhador estejam sendo satisfeitas o trabalhador motivado se esforça para conquistar outros níveis de satisfação. E nessa busca por crescimento aumenta também a busca por mais conhecimento. E o servidor que busca mais conhecimento pode vir a realizar suas tarefas com mais qualidade.

Motivação como cita Cadine (2007), ainda pode ser dividida em níveis de satisfação: motivações básicas, satisfazer necessidades básicas, fisiológicas, respirar, fome, dor, frio e sede por exemplo. Ou por motivos sociais que pretendem satisfazer as necessidades de que o indivíduo tem de se sentir amado, sensação de ajustamento, de pertencimento a um grupo. Ou culturais. Motivos sensoriais: As pessoas e outros animais tem motivação de superar próprios limites. Motivos de crescimento: são os que levam o indivíduo ao aperfeiçoamento pessoal,

ser melhor do que é, evoluir. Existe também um tipo de motivação no sentido de seguir um propósito de vida, de estar em consonância com o que se gosta de fazer e o que se faz no dia a dia, isto às vezes não está relacionado á questão de remuneração e sim de satisfação pessoal.

Periard (2016) mostra que Herzberg em sua teoria diferentemente de Maslow já trata motivação em dois fatores: Fatores higiênicos que estão ligados às condições físicas do ambiente de trabalho, salário, benefícios sociais, políticas da organização, ambiente organizacional, oportunidades de crescimento, etc. São chamados fatores extrínsecos ou ambientais. E os Fatores Motivacionais referem-se ao conteúdo do cargo, às tarefas e às atividades relacionadas com o cargo em si. Supondo duas ofertas de trabalho com mesmo nível salarial pode pesar na escolha se o trabalhador pode ter liberdade de como executar o trabalho, uso de habilidades pessoais, como será a responsabilidade pelo trabalho, definição de metas e objetivos. Flexibilidade. A presença produz motivação, enquanto a ausência não produz satisfação. Também podem ser chamados de intrínsecos.

E importante que se leve em consideração as diferentes motivações do ser humano, pois, assim o gestor pode motivar e oferecer ao trabalhador oportunidades de crescimento. Um fator que pode ser motivador dentro da organização é a possibilidade de crescimento através de maior capacitação. Oferecer oportunidades para que este consiga avançar em seus conhecimentos. E assim possibilitar que o trabalhador execute suas tarefas com mais produtividade e eficiência. E também produzir resultados melhores.

De acordo com o SEBRAE os funcionários ao receberem da empresa a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, entendem como uma motivação e valorização de seu trabalho dentro do contexto organizacional e fortalecem suas expectativas para crescimento no futuro. E com isso ter atitudes que incentivem a busca pelo conhecimento e maior capacitação, a criação de programas que influenciarão fortemente na capacitação continuada dos profissionais só favorecerá a retenção de talentos dentro da instituição. Este tende a buscar mais conhecimento de sua área de atuação e o investimento em pessoas mais capacitadas é sinônimo de melhores serviços/produtos e, portanto, resultados pontuais.

E dentro da esfera pública não poderia ser diferente. Se os servidores estão a serviço de toda uma população é também esperado que estejam preparados para tal função. Em Bittencourt (2008) a autora explica que hoje existe um consenso internacional de que um dos requisitos mais relevantes para o desenvolvimento econômico de um país é a qualidade de sua administração pública. Para que a administração tenha serviços de qualidade e agilidade precisa ter todo um sistema burocrático eficaz, ágil, disciplinado e tecnicamente preparado.

Conforme cita (BITTENCOURT, 2008, p.15) ”a Constituição estabelece no § 2º do artigo 39 que “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos, requisitos para a promoção na carreira, facultada, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.”

Faz parte de uma boa Gestão Pública voltada para melhora do desempenho de suas atividades, ter uma gestão de recursos humanos, dar base para que seus servidores tenham condições de oferecer mais qualidade em suas funções. Como identificar a real necessidade de iniciativas para capacitação dos servidores. Conforme Bittencourt (2008) Deve se preocupar em oferecer prestação de serviços adequada, com base técnica e científica:

Daí a preocupação dos setores mais conscientes e responsáveis de cada nação em dotá-la de um serviço público eficaz, concebido em bases técnicas e científicas, capaz de alcançar um grau de excelência compatível com os desafios de sua época e suas necessidades. A grandeza de um país depende não só da formulação de planejamentos voltados à solução de suas reais necessidades, mas também da estrutura operacional administrativa e da competência de seus agentes que a põem em execução. (Bittencourt, 2008)

Quando não funciona bem, reduz a capacidade do Estado em realizar seu planejamento em projetos de interesse público. O Brasil teve no passado, como base um contexto de características de personalismo, de interesses pessoas sob os interesses da população, conveniência e favorecimento, mas isso tem mudado ao longo dos anos e cada vez mais a própria população tem exigido mais transparência e qualidade no serviço público. É necessário que se aplique gestão pública com estudos, análises, planejamentos e projetos que possam dar mais resultados mais técnicos e específicos.

E assim os servidores públicos fazem parte da estrutura governamental, executam e participam das ações faz se importante que possam estar em consonância com uma formação adequada de realizar suas funções. Também porque muitos dos servidores fica por uma grande parte do tempo de suas carreiras dentro do serviço público pelos concursos públicos, às vezes até mesmo dentro da mesma função o que faz com que seja mais pontual que estejam preparados para tais funções. Mas nem sempre é o que vemos na realidade. Na maioria dos casos não é dado o devido valor ao servidor, ou se é não é de forma satisfatória. É preciso também estar alinhados com as novidades do mercado e de tecnologia, os estudos de administração e gestão pública não podem seguir padrões de muitos anos atrás como se a realidade não fosse mutável. Como se não fosse preciso se contextualizar os conhecimentos

com a época, região e esfera de governo, por isso também a necessidade de atualizar os conhecimentos com frequência.

É importante situar que a base da organização no serviço público vem do sistema burocrático que é o mais utilizado no serviço público, as normas tendem a ser fixas e regem os atos dos servidores, caráter impessoal, autoridade, hierarquia e seguem norma administrativa que determina as suas funções, direitos e deveres. Os documentos devem ser escritos e preservados e arquivados de forma adequada. Os servidores públicos, por sua vez, necessitam de treinamento especializado, pois precisam ser tecnicamente adequados às suas funções. (BARROS, 2016, p.26 apud WEBER, 2004).

Conforme Malmegrin (2012) os serviços públicos prestados pelas organizações estatais, ou mesmo por aquelas que são legalmente incumbidas desta tarefa, têm diferentes áreas de atuação, graus diferentes e às vezes funções bastante específicas. São diferentes conjuntos de ações operacionais de uma prestação de serviço. São bastante específicos pois são serviços públicos prestados à sociedade por meio de organizações que executam ações operacionais sempre orientadas por lei e por normas específicas para cada tipo de serviço, todas as prestações de serviços públicos. Para isso é necessário que haja capacitação adequada para que estes agentes tenham como realizar suas funções de forma satisfatória.

Ainda em Barros (2016), o autor evidencia que vários intelectuais defendem haver uma correlação positiva entre o crescimento econômico de um país e desempenho de sua burocracia estatal, que nas instituições federais brasileiras a burocracia weberiana é essencial para os resultados das políticas governamentais. Cada vez mais o estado é demandado a prover bens públicos de qualidade, possuindo uma série de demandas e exigências por parte da sociedade. Assim, a capacitação de servidores públicos afeta os resultados obtidos pela organização e para ser eficiente necessita ter funcionários qualificados.

E com isso a opção de se buscar o aperfeiçoamento dos servidores públicos pode afetar positivamente a qualidade do serviço público. É importante que os gestores tenham a capacitação como um dos seus objetivos, incentivar que os seus servidores possam ter como se desenvolver, oferecer condições para que possam obter mais conhecimento e que sejam adequados para as funções que estes exerçam dentro da instituição. Ou seja:

Cada vez mais a sociedade tem demandado serviços públicos de qualidade, e para que o Estado consiga atender a tais expectativas necessita contar com servidores públicos capacitados, que sejam capazes não só de executar eficientemente o que lhes for determinado, mas que tenham condições de participar da formulação e desenho das políticas públicas. (BARROS, 2016. p.18)



E a busca de qualidade no serviço público se justifica, na medida em que a busca da eficiência é também um direito do cidadão. Conforme o artigo de Machado, a Administração pública deve ser eficiente, e existem normas para seguir para se garantir o bem estar de todos. O Estado deve pautar seus serviços na satisfação do cidadão pois está é uma das funções de existência. A nossa constituição também busca garantir a eficiência do serviço público. Conforme Projeto de Escola de Governo de Uberlândia:

A modernização da administração pública tem como implicações a profissionalização de seus servidores e gestores. Para tanto, a própria Constituição Brasileira previu a criação das chamadas Escolas de Governo, dada à preocupação dos constituintes na busca da melhoria dos serviços públicos, sendo um importante instrumento de busca de excelência na prestação de serviço público.

De acordo com Godoy (2014) recentemente, o ambiente organizacional do setor público tem dado sinais de demanda de maior qualificação e a exigência de que o serviço público seja prestado com qualidade e economicidade. Sim, dependerá também do próprio servidor e suas características de esforço e motivações próprias, mas terá melhores resultados se este estiver preparado e tenha cada vez mais conhecimentos da função que ocupa.

Nesse sentido o bom gestor deveria procurar aumentar a eficiência e seus resultados, mas não somente para cumprir as normas e regras e sim como parte fundamental de sua existência. Vettorato (2003) esclarece que o bom administrador, assim, pode ser definido como aquele seguidor da moral administrativa, eficiência, justiça e racionalidade, ou seja, englobaria outros princípios. Ou seja agrega mais características na qualidade do serviço não só o rendimento:

A profissionalização e a instrumentalização dos quadros são fundamentais para a melhoria da administração pública. Constituem estratégia para garantir a mobilização das competências, a inovação e a construção de um corpo funcional não apenas comprometido com a eficiência técnica, mas também capaz de refletir sobre a sua ação, compreender as implicações sociais e políticas de suas intervenções e garantir que o Estado esteja a serviço dos cidadãos. (PDI, ENAP)

Conforme cita Bittencourt (2008) é importante aumentar a capacidade técnica e gerencial nas organizações públicas, para maior qualidade na execução de serviços de forma eficiente e produtiva. A gestão pública de forma mais qualificada e aplicação de modernas tecnologias de gestão podem garantir a qualidade, viabilizando a implementação das políticas públicas. Desde os profissionais que trabalham na instituição mas também na própria gestão e afetar positivamente na maneira de se administrar, o que significa uma gestão mais eficiente também tem levar em consideração a busca por conhecimento. Uma gestão de pessoas que considera estas como um recurso raro e importante. E também uma gestão estratégica que irá

planejar como distribuir esses profissionais e como incentivar aumento de práticas e políticas de melhora na capacitação e qualificação dos servidores.

O que se percebe que há uma ligação entre a capacitação do servidor e a qualidade do serviço por ele ofertada:

Existe uma interação entre o desenvolvimento do indivíduo e o crescimento da organização. Quanto mais preparado e qualificado o servidor, melhores serão os resultados da organização. É um processo conjunto e interdependente, onde não se pode separar um lado de outro. (GODOY, 2014).

É importante que se busque alternativas dentro da Gestão Pública para que se possa conseguir de fato propiciar um aumento da capacitação dos servidores e pensar em maneiras viáveis para que isto ocorra.

### 3 AS ESCOLAS DE GOVERNO

Fundamentada a importância de se buscar aperfeiçoamento e capacitação dos agentes públicos, umas das opções para o gestor são as Escolas de Governo. Conforme o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) se define Escola de Governo como:

Escolas de Governo são instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas. (INEP, 2015)

Em sua dissertação Bittencourt (2008), cita como um dos primeiros relatos de uma escola de governo no mundo é o caso francês da escola *École Nationale d'Administration* - ENA, que foi criada em 1945 com o objetivo de modernizar a estrutura administrativa da França. Oferecendo aos servidores civis, formação de excelência, dentro da máquina burocrática. As pessoas que são selecionadas para lecionar são as que possuem de maior familiaridade com sua operação e funcionamento. Seu perfil é focado na prática. Nos Estados Unidos, as escolas de governo nascem dentro das Universidades. Diferentemente da França nenhuma escola tem o monopólio da formação de quadros para a burocracia. Ao contrário, assinala-se, naquele país, um grande número de escolas e de programas de pós-graduação voltados para esse objetivo, havendo uma significativa diversidade de currículos.

Para Bittencourt (2008), o termo “escola de governo” admite várias definições, e é usado por organizações públicas, privadas ou não governamentais destinadas à formação, qualificação, reciclagem de funcionários ou ainda fóruns de debate, nas três esferas de governo. É usado de formas diferentes e com variadas maneiras de oferecer capacitação. Uma maneira de organização voltada para capacitação de servidores, um local físico ou não.

Em nosso país existem algumas iniciativas que seguem esse molde de Escola de Governo. Em esferas variadas e de formas também diferentes, mas com o mesmo foco na educação voltada para os servidores. Podem oferecer cursos de curto prazo ou não, programas de educação à distância, palestras, capacitações entre outras opções. Podem fazer ações em parceria para eventos. É muito importante salientar o caráter colaborativo destas formas de ensino, principalmente as que estão em conjunto com a modalidade de ensino a distância. Também está sendo considerado importante dentro do contexto do presente trabalho os cursos à distância voltados para a área pública mesmo não sendo enquadrados dentro do conceito de escolas de governo.

No Brasil temos o exemplo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que é uma escola de governo de esfera federal que oferece formação e aperfeiçoamento focado na Administração Pública, para servidores públicos federais:

(...) vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criada em 1986 e é regida pelas disposições da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980, com as alterações da Lei nº 8.140, de 28 de dezembro de 1990, pelo estatuto aprovado na forma do Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, por seu Regimento Interno e legislação complementar.

E as escolas de governo nos dias atuais podem aliar conhecimento com os recursos tecnológicos disponíveis, e favorecer o crescimento de opções de cursos a distância. Um conceito que têm sido discutido é a “educomunicação”. Ou seja, aliar conhecimento, conceitos com novos métodos pedagógicos aliados a tecnologias disponíveis. E para as escolas de governo não é diferente, juntar conhecimento e meios tecnológicos pode facilitar e ampliar a quantidade de pessoas que poderão ser beneficiadas. Capacitação com a facilidade da tecnologia pode diminuir distâncias, custos e otimizar o tempo dos servidores.

As Escolas de Governo podem participar de programas de pós Graduação. Fazer parcerias para oferecer cursos voltados para Gestão Pública. Tem sido crescente a oferta de cursos de pós-graduação à distância e as escolas de governo também podem ser uma maneira de aumentar essa oferta, oferecendo suporte. E assim aumentar a opção de cursos e vagas disponíveis para os servidores, principalmente onde houver uma carência de qualificação dos agentes.

Uma forma de se capacitar os servidores com cursos de pós-graduação são as ofertas de cursos à distância. Uma modalidade que tem tido grande crescimento em nosso país. O Brasil tem grande extensão territorial o que faz desse tipo de educação mais positiva, pois reduz defasagens de conteúdo e custos. Como define a Capes podemos definir a Universidade Aberta do Brasil como:

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas. (CAPES, 2016)

Os cursos de Especialização em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, entre outros cursos para áreas diversas como saúde e educação são alguns exemplos de como capacitar o servidor. Já existem mais opções e são interessantes já que são voltadas para áreas de serviços públicos e este tipo de curso tem foco voltado para as situações diárias que passa o

servidor. Os servidores além de adquirir conhecimento também podem trocar experiências com os próprios colegas também. São promovidas também em parceria com Universidades Públicas. Conforme Barros (2016):

“... o governo federal por meio da CAPES criou um curso para capacitar esse público, ou seja, servidores municipais ou pessoas interessadas em trabalhar em órgãos públicos municipais. Esse curso intitula-se Gestão Pública Municipal (GPM), ofertado em nível de especialização, o qual essa dissertação toma como objeto de estudo e avaliação. A seguir, explica-se as origens do curso, e como ele está inserido na estrutura de programas do governo federal, assim como são expostos os objetivos que orientam essa pesquisa e a relevância do tema.” (Barros, 2016)

O Plano de Desenvolvimento Institucional do ENAP ressalta que o conceito de escolas de governo atualmente é mais amplo, não necessariamente oferecerá apenas um tipo de capacitação. Não é um conceito limitado, fechado, tem se adaptado as necessidades atuais:

Frente às imprecisões conceituais, o que parece conferir destaque às escolas de governo é o seu empenho em manter programas de formação e aperfeiçoamento dos quadros do Estado, além de constituírem centros de reflexão e produção de conhecimento sobre os desafios e avanços requeridos para o setor público. Recentemente, o conceito de escola de governo tem contemplado uma dimensão mais ampla, que realça o compromisso com a profissionalização e a aprendizagem contínua da burocracia pública.(PDI, ENAP)

O Brasil é um país bastante extenso e para que todas as regiões do país possam ter as mesmas oportunidades é importante que as Escolas de Governo tenham um alcance maior e fazer parcerias, padronizar e compartilhar conhecimento as Escolas de Governo estão interligadas pela Rede Nacional de Escolas de Governo que pode ser definida conforme ENAP como:

...uma rede de articulação informal, de livre adesão, entre múltiplas e diferenciadas instituições governamentais brasileiras interessadas e engajadas na capacitação, formação e desenvolvimento de servidores e agentes públicos. A Rede surgiu com o objetivo de aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e dos três poderes. Ao mesmo tempo, busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos, incentivando trabalhos em parceria. (ENAP)

De acordo com o próprio *site* da Rede Nacional de Escolas de Governo há 262 instituições governamentais. Destas temos escolas de governos, centros de treinamento e capacitação, universidades, universidades corporativas, secretarias de administração de estados e de municípios, e outras instituições de governo interessadas.

No âmbito das universidades de acordo com CAPES existe também o PNAP, uma iniciativa para promover oportunidades de capacitação para a área de gestão pública, com base colaborativa, com apoio de várias universidades do país, para compartilhar conhecimento, um projeto básico que pode ser implantado em várias universidades, inclusive em cursos à distância, pode ser definido como:

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009, que tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal. (CAPES, 2018).

A criação do PNAP em 2009, visando os servidores e envolvidos no setor público oferece cursos como Bacharelado em Administração Pública, Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão Pública Municipal e Especialização em Saúde. Esses quatro cursos possuem um projeto pedagógico unificado, criado a partir de comissão específica, formada por doutores e profissionais especializados das seguintes instituições: universidades federais integrantes da UAB; Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Conselho Nacional de Administração (CFA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) o que confere maior qualidade de conteúdo. Conta com suporte também através de equipes específicas. Com a expectativa de que os egressos, que são preferivelmente envolvidos na administração pública, estejam prontos a agir na realidade política, econômica e social em que se encontra, possuindo uma visão estratégica dos negócios públicos, bem como domínio de técnicas gerenciais relativas a recursos humanos, financeiros e de gestão pública (CAPES, 2013)

Temos também a Escola Virtual de Governo (EVG), ela busca interligar as Escolas de Governo em um lugar só, em ambiente virtual. Um lugar onde se possam unir cursos, palestras, informações, conteúdos para facilitar seu uso. Está associada ao ENAP. Tem caráter colaborativo, e pode unificar conteúdos de outras escolas de governos ou de universidades.

E ações assim podem gerar efeitos dentro da instituição. Podem ser voltadas para a melhoria do atendimento, ou aprendizados mais técnicos conforme for a demanda da instituição. O que ressalta a importância do tema para a gestão pública.

#### **4 AS CIDADES DO TRIÂNGULO MINEIRO, UBERLÂNDIA, UBERABA, ARAGUARI E ARAXÁ SOBRE ASPECTOS EDUCACIONAIS, POPULACIONAIS E ECONÔMICOS E AS ESCOLAS DE GOVERNO.**

No presente trabalho se faz importante citar algumas características do contexto educacional, populacional e econômico de algumas cidades da região do triângulo mineiro para apresentar estas cidades. Foram selecionadas as cidades de Uberlândia, Uberaba, Araxá, Araguari por terem mais destaque regional. E com esses dados procurar justificar a importância de se promover mais iniciativas para capacitação de servidores em cidades como estas. Os dados do IBGE que foram citados procuram mostrar como é a realidade destas cidades citadas no presente trabalho e também ajudam a enfatizar a importância da capacitação dos servidores destas regiões.

De acordo com Cadine (2007), o contexto educacional brasileiro se mostra com queda no índice de analfabetismo, PNAD - IBGE mostra uma queda no índice de analfabetismo no país nos últimos dez anos, 1992 a 2002. Em 1992, o número de analfabetos correspondia a 16,4% da população. Esse índice caiu para 10,9% em 2002. Esta queda no índice de analfabetismo deve-se, principalmente, aos maiores investimentos feitos em educação no Brasil nos últimos anos. Governos municipais, estaduais e federais tem dedicado uma atenção especial a esta área. Não é suficiente, mas já mostra uma melhora no quadro. Programas de Educação de Jovens e Adultos também tem favorecido este avanço educacional. Mudanças nas leis que afetam a educação também tem possibilitado crescimento. Parcerias privadas e alguns incentivos para os professores também influenciam nesses dados.

##### **4.1. Uberlândia**

A cidade de Uberlândia tem de acordo com IBGE aproximadamente 650.000 mil habitantes. Está situada no Estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. É a mais importante da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Tem uma malha rodoviária bastante estratégica, pois estão ligadas aos grandes centros nacionais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. O que aumenta ainda mais sua importância econômica. A população de Uberlândia tem como características:

Quadro 1. Dados sobre a população da cidade de Uberlândia:

População estimada [2017]	676.613 pessoas	
	População no último censo [2010]	604.013 pessoas
	Densidade demográfica [2010]	146,78 hab/km

Fonte: IBGE

Sobre as características sociais e educacionais de Uberlândia temos conforme dados da Seplan (2017), que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Uberlândia é 0,789, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,221), seguida por Longevidade e por Renda. (SEPLAN, 2017)

Sobre a escolaridade na cidade de Uberlândia temos conforme Censo 2010 do IBGE:

Quadro 2. Dados sobre a escolaridade da cidade de Uberlândia.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98 %	
	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6
	IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	4,5
	Matrículas no ensino fundamental[2015]	78.053 matrículas
	Matrículas no ensino médio [2015]	23.384 matrículas

Fonte: IBGE

Sobre a economia têm-se dados de salários e quantidade de pessoas ocupadas da cidade:

Quadro 3. Dados econômicos da cidade de Uberlândia:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	2,7 salários mínimos	
	Pessoal ocupado [2015]	246.411 pessoas
	População ocupada [2015]	37,2 %
	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	27,2 %

Fonte: IBGE

Em Uberlândia existe uma escola de governo originada da Secretaria de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Através da Lei Municipal 12.621/2017 a Escola Municipal de Governo foi reestruturada, com a finalidade de implantar práticas de



educação continuada no serviço público municipal, buscar mecanismos e parcerias que visem propor melhorias no âmbito da avaliação e capacitação dos recursos humanos da Administração Pública, exclusivamente para os servidores municipais, visando fortalecer a capacidade gerencial e a implementação de políticas públicas. Oferece palestras também para temas atuais.

O CEMEPE é uma iniciativa que tem como objetivo principal promover a capacitação e aperfeiçoamento profissional para os servidores da Rede de Ensino de Uberlândia. Nesse sentido, busca fomentar a formação continuada dos servidores nas mais diversas habilidades e temas, dentro das categorias de extensão e aperfeiçoamento. Por meio de convênios e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas, o CEMEPE propõe-se também a ampliar o leque de cursos de formação continuada oferecidos, visando sempre, através de seus coordenadores e servidores, a excelência da formação educacional. Promoção de cursos, minicursos e oficinas pedagógicas com fins específicos. Suas ações estão voltadas para a realização de Congressos singulares para educadores municipais; Formação continuada e apoio técnico-pedagógico nas diversas áreas de atuação e conhecimento; Realização de Encontros de educadores da Educação Infantil e Ensino Fundamental; Organização de seminários educacionais temáticos; Telecentro – Cursos Profissionalizantes UAB - Convênio Prefeitura Municipal, UFU e CAPIS.

#### 4.2. Araguari

Araguari é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Está localizado no norte do Triângulo Mineiro, a uma altitude que varia entre 940 e 1.087 metros. O município tem uma área de 2.729,508 km<sup>2</sup>, com 1.262 km<sup>2</sup> de área urbana e 1.481 km<sup>2</sup> de zona rural, e uma população de 117 445 habitantes, de acordo com estimativa do IBGE para julho de 2017. Posicionada em local estratégico no eixo São Paulo - Brasília e interligada a todo o território nacional por meio de rodovias ou ferrovias.

Quadro 4. Dados sobre a população da cidade de Araguari:

População estimada [2017]	117.445 pessoas	
	População no último censo [2010]	109.801 pessoas
	Densidade demográfica [2010]	40,23 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE

Quadro 5. Dados sobre a escolaridade da cidade de Araguari:

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,8 %	
	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6,2
	IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	5,1
	Matrículas no ensino fundamental[2015]	13.232 matrículas
	Matrículas no ensino médio [2015]	4.050 matrículas
	Docentes no ensino fundamental[2015]	761 docentes

Fonte: IBGE

Quadro 6. Dados econômicos da cidade de Araguari:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	2,1 salários mínimos	
	Pessoal ocupado [2015]	24.687 pessoas
	População ocupada [2015]	21,2 %
	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo[2010]	29,8 %

Fonte: IBGE

A cidade de Araguari tem alguns relatos de capacitação para servidores, cursos e palestras. As informações passadas no próprio *site* da Prefeitura Municipal de Araguari trazem informações sobre estas ações como o curso para vigilantes sanitários que foi feito em Uberlândia e alguns servidores de Araguari puderam participar.

Mas não foi encontradas evidências de formalmente haver uma Escola de Governo, programa ou algum órgão específico para capacitação de servidores na cidade de Araguari.

### 4.3 Araxá

Araxá é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Sua população estimada pelo IBGE em julho de 2015 era de 102 238 habitantes.

Quadro 7. Dados sobre a população da cidade de Araxá:

População estimada [2017]	104.283 pessoas	
	População no último censo [2010]	93.672 pessoas
	Densidade demográfica [2010]	80,45 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE

Quadro 8. Dados sobre a escolaridade da cidade de Araxá:

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,1 %	
	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6,6
	IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	5,1
	Matrículas no ensino fundamental[2015]	12.633 matrículas
	Matrículas no ensino médio [2015]	3.827 matrículas
	Docentes no ensino fundamental[2015]	657 docentes

Fonte: IBGE

Quadro 9. Dados econômicos da cidade de Araxá:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	3,1 salários mínimos	
	Pessoal ocupado [2015]	32.259 pessoas
	População ocupada [2015]	31,6 %
	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo[2010]	28,7 %

Fonte: IBGE

Em Araxá o que se pode ver foram algumas iniciativas de capacitação e uma em parceria como Centro Universitário do Planalto de Araxá para os servidores da Câmara Municipal de Araxá, um curso de capacitação para os servidores do Poder Legislativo sobre capacitação em Licitação e Contratos conforme Diário de Araxá, (2017).

Mas não foram encontradas evidências de formalmente haver uma Escola de Governo, programa ou algum órgão específico para capacitação de servidores na cidade de Araxá.

#### 4.4. Uberaba

Uberaba é um município brasileiro do interior do estado de Minas Gerais. Localiza-se na região do Triângulo Mineiro, pertence à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e à microrregião de mesmo nome. Sua população em julho de 2017, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era de 328 272 habitantes, o oitavo município mais populoso do estado e o 83º mais populoso do Brasil. Abriga a sede da

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. População de Uberaba:

Quadro 10. Dados sobre a população da cidade de Uberaba:

População estimada [2017]	328.272 pessoas	
	População no último censo [2010]	295.988 pessoas
	Densidade demográfica [2010]	65,43 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE

Quadro 11. Dados sobre escolaridade da cidade de Uberaba:

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,7 %	
	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	5,9
	IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	4,7
	Matrículas no ensino fundamental[2015]	36.019 matrículas
	Matrículas no ensino médio [2015]	11.641 matrículas

Fonte: IBGE

Quadro 12. Dados econômicos da cidade de Uberaba:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	2,7 salários mínimos	
	Pessoal ocupado [2015]	101.084 pessoas
	População ocupada [2015]	31,4 %
	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo[2010]	27,5 %

Fonte: IBGE

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, indica que Uberaba saltou da 9ª para a 4ª colocação em Minas Gerais, num período de 10 anos. Entre os anos de 1991 e 2000, a renda per capita mensal na cidade foi elevada de R\$274,75 (duzentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) para R\$400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos), analistas mostram que hoje

a renda per capita mensal está próxima de R\$1.300,00. O PIB per capita em 2009 é de R\$ 18.800,00.

Mas não foram encontradas evidências de formalmente haver uma Escola de Governo, programa ou órgão específico para capacitação de servidores na cidade de Uberaba.

## 5 METODOLOGIA

Para o presente o trabalho foi importante fazer uma revisão bibliográfica sobre a importância da capacitação dos servidores públicos e as escolas de governo.

Procurou-se estudos sobre os assunto para introduzir o tema, primeiramente sobre a capacitação dos servidores. Buscou informações para mostrar como a motivação é importante para o trabalhador. Mostrar como o conhecimento é importante na vida do trabalhador. E como o conhecimento melhora a qualidade do serviço oferecido pelo Estado. Procurou-se evidências que ajudaram a enfatizar a necessidade desse tipo de atitude por parte dos gestores públicos. O que justifica sua existência e como esse tipo de iniciativa pode ser importante para os servidores.

Foram pesquisadas informações sobre o que são Escolas de Governo. O planejamento incluiu definir em linhas gerais sobre o histórico das escolas de governo e algumas iniciativas no nosso país. Buscaram-se informações sobre como as Escolas de Governo atuam na formação dos servidores e o que costumam oferecer para o servidor se são cursos, palestras e incentivos. E a possibilidade de unir a tecnologia dos cursos a distância para a capacitação dos servidores.

Procurou-se sobre a possível existência e atuação das Escolas de Governo em algumas cidades do Triângulo Mineiro. As cidades escolhidas são as que têm maior destaque na região. E com algumas informações e dados do IBGE que caracterizam as cidades citadas. E com isto trazer o leitor a realidade que cerca nossa região. E evidenciar a importância de se incentivar políticas públicas para capacitação dos servidores públicos tendo em vista a importância da região do triângulo mineiro e das cidades citadas.

## 6 O REFLEXO DAS ESCOLAS DE GOVERNO: ANÁLISE DOS DADOS

No presente trabalho de pesquisa podemos perceber que mesmo cidades relativamente pequenas podem planejar alternativas para aumentar a capacitação de seus servidores. Não se verificou necessidade de grandes investimentos para oferecer algum nível de capacitação aos funcionários. A maior parte das iniciativas citadas no presente trabalho tem alguma ligação com parcerias ou com ensino a distância.

Conforme Barros (2016) percebe-se que aos pequenos e médios municípios também tem oferecido oportunidades de capacitação. A constituição de 1988 deu aos municípios muitas responsabilidades e para conseguir responder a elas precisaram avançar em seus modelos de gestão para conseguir lidar com os problemas e atividades complexas que têm sido impostos a eles, sendo para isso imprescindível um corpo técnico especializado que conduza esse processo dentro dos municípios. E fica claro que o estado precisa estar preparado para ter condições de prestar bons serviços públicos aos cidadãos, e administrar a máquina pública da forma mais eficiente possível. Ainda conforme este autor iniciativas de programas como o PNAP podem gerar resultados positivos na capacitação dos servidores. E também trata de cursos de Especialização em Gestão Pública Municipal que são oferecidos pelo sistema UAB Universidade Aberta do Brasil ressaltando os pontos positivos desses cursos de especialização.

O presente trabalho buscou referências que confirmem como podem ser positivos os efeitos de se aumentar a capacitação dos servidores, e como cursos de especialização à distância pode ser uma opção viável e segundo CAPES:

O Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. CAPES,(2016.)

O que reflete os efeitos de se investir em educação na modalidade de educação à distância. Afeta positivamente de forma mais igualitária, porque pode atingir regiões mais afastadas dos grandes centros.

Outro fator que também podemos destacar com a revisão bibliográfica deste trabalho é caráter colaborativo dos cursos à distância e das iniciativas de escolas de governo existentes.

Desde o projeto de criação, a formulação dos cursos, das atividades e disseminação do conhecimento pode-se perceber que existe possibilidade de parcerias e de participação de várias pessoas. Com isso temos enriquecimento do conteúdo pelo compartilhamento de informações, pode existir apoio entre as entidades envolvidas, redução de custos. E também maior motivação para os participantes, por exemplo, podem-se criar atividades nas escolas de governo para que os próprios servidores possam trocar informações e experiências.

A pesquisa se insere no debate sobre como a capacitação dos servidores públicos tem ligação com os desafios da atual situação socioeconômica do país.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se capacitar o servidor público se baseia na grande quantidade de servidores públicos no Brasil, prestando vários tipos de serviços e atendimentos. Desde os serviços básicos a população até as grandes decisões que são tomadas dentro das esferas públicas, incluem servidores que influenciam as vidas dos cidadãos.

O servidor é uma parte importante do serviço público, merece que sejam investidos recursos para que este possa trabalhar melhor e com mais qualidade. O recurso humano que o servidor representa é um fator importante dentro do Estado.

Na presente pesquisa a conclusão que se chega é que a capacitação dos servidores é relevante e merece mais incentivos para que os servidores estejam preparados para oferecer serviço público de qualidade. Oferecer qualidade técnica nos serviços públicos é uma maneira de otimizar o serviço público, diminuir custos, obter crescimento e melhor gestão.

As referências pesquisadas apontaram para o mesmo ponto, ou seja, que a educação não pode ser deixada de lado, e que as escolas de governo podem ser uma alternativa muito interessante.

Na pesquisa realizada alguns exemplos de Escolas De Governo foram citados, e também e atuações nesse sentido em algumas prefeituras da região do Triângulo Mineiro. Podemos observar que as escolas de governo podem ser criadas nas prefeituras. E são uma opção interessante e muito relevante. Podem oferecer palestras, cursos ou podem ser feitas em parcerias com as universidades locais ou com outras universidades mais distantes utilizando cursos à distância.

No caso das cidades citadas no trabalho, podemos observar que elas têm potencial econômico e tem também potencial educacional com universidades, o que torna ainda mais importante que iniciativas assim sejam planejadas e aplicadas na gestão pública. Podemos perceber que algumas iniciativas existem na prática, mas que ainda se pode ampliar bastante. E formalizar as Escolas de Governo de forma que possam ter uma atuação mais efetiva e também receber mais investimentos e apoio é muito importante. Sugere-se que as prefeituras se organizem para oferecer maiores possibilidades de aperfeiçoamento do servidor. Se possível que tenham participação do povo e dos servidores para que não seja uma iniciativa somente no papel e nem que seja algo longe da realidade e da prática dos servidores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Aparecida Bezerra, 2013. Acesso em 15/07/2018: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/educacao-e-trabalho-a-importancia-da-educacao-na-vida-profissional-do-administrador/68397/>>

BARROS, Simone Guimarães Guerra Gama. Capacitação de servidores públicos municipais: a visão dos egressos do curso de Gestão Pública Municipal (UAB). Brasília, 2016. Acesso em 30/03/2018: <<http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/simone-guimaraes-guerra-gama.pdf>>

BITTENCOURT, Maria Aguiar. ESCOLAS DE GOVERNO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO - Estudo de caso da ESPEA. Acesso em 30/03/2018: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/%2083/81>>

CADINE Maria Ávila da Silva et alli. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 3, n. 2, p. 75-92, jul./dez. 2007.

Capex, 2016. O que é UAB? Acesso em 30/07/2018: <<http://www.capes.gov.br/uab/o-que-e-uab>>

CAPES, 2018. Educação à distância. Acesso em 30/06/2018: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap>>

CEMEPE. Centro de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Acesso em 30/06/2018: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=1020>>

DEGAN, Guilherme. 2016. Evolução histórica do direito do trabalho no Mundo e no Brasil. Acesso em 30/03/2018: <<https://lugu7.jusbrasil.com.br/artigos/312230897/evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-mundo-e-no-brasil>>

Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas e da FESPM - Fundação Escola de Serviço Público Municipal, da Prefeitura de Manaus. FGV. Manaus, 2008. Acesso em

30/03/2018:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Maryangela%20Aguiar%20Bittencourt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

ENAP. Rede Nacional de Escolas de Governo. Acesso em 30/03/2018:  
<<https://redeescolas.enap.gov.br/>>

Escola de Governo do Município de Uberlândia. Secretaria de Gestão Estratégica. Prefeitura de Uberlândia. Acesso em 27/07/2018:  
<[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/16469.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16469.pdf)>

EVG. Escola virtual de Governo. Acesso em 26/07/2018: <<https://evg.gov.br/adesao-institucional>>

GODOY, Maria Tereza. (2014). QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO: Implicações na Gestão de Pessoas na Universidade Federal de Goiás. Acesso em 07/04/2018: <[https://www.researchgate.net/publication/273772693\\_QUALIFICACAO\\_DO\\_SERVIDOR\\_PUBLICO\\_Implicacoes\\_na\\_Gestao\\_de\\_Pessoas\\_na\\_Universidade\\_Federal\\_de\\_Goias](https://www.researchgate.net/publication/273772693_QUALIFICACAO_DO_SERVIDOR_PUBLICO_Implicacoes_na_Gestao_de_Pessoas_na_Universidade_Federal_de_Goias)>

LASSANCE, A. Federalismo no Brasil: trajetória institucional e alternativas para um novo patamar de construção do Estado. In: LINHARES, Paulo de Tarso, CRONEMBERGER, C. e LASSANCE, A. (organizadores). Federalismo à Brasileira: questões para discussão. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Acesso em 27/07/2018:  
<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4368/1/td\\_2090.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4368/1/td_2090.pdf)>

MACHADO, Nelson Eduardo Ribeiro. O Princípio da Eficiência na Administração Pública. Acesso em 30/03/2018:  
<[http://revistapensar.com.br/direito/pasta\\_upload/artigos/a180.pdf](http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a180.pdf)>

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Gestão operacional / Maria Leonídia Malmegrin. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.198p. Acesso em 30/03/2018: <[https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm\\_source=gestao-operacional-gp](https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=gestao-operacional-gp)>

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros. Acesso em 30/03/2018:

<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32602-39847-1-PB.pdf>>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Escolas de Governo. 2015. Acesso em 30/03/2018:

<<http://portal.inep.gov.br/escolas-de-governo>>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acesso em 30/03/2018:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/escolas\\_de\\_governo/2015/nota\\_tecnica/nota\\_tecnica\\_028\\_esclarecimentos\\_escolas\\_de\\_governo.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/escolas_de_governo/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_028_esclarecimentos_escolas_de_governo.pdf)>

PERIARD, Gustavo. 2011. A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona. <<http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>>

PERIARD, Gustavo. 2011. Sobre Administração. Tudo sobre a Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg. <<http://www.sobreadministracao.com/tudo-sobre-a-teoria-dos-dois-fatores-de-frederick-herzberg/>>

PMU. Prefeitura de Uberlândia. Gestão estratégica. 2017. Acesso em 10/07/2018: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/40/2815/escola\\_de\\_governo.html](http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/40/2815/escola_de_governo.html)>

SEBRAE: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qualificacao-beneficiarios-e-empresarios,757bd9e532d44410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>

SEPLAN. Secretaria de planejamento Urbano. Perfil Econômico. BDI Banco de dados integrado. Uberlândia. 2017. Acesso em 10/07/2018: [http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/56/2991/bdi\\_\\_\\_perfil\\_economico.html](http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/56/2991/bdi___perfil_economico.html)>

SEPLAN. Secretaria de planejamento Urbano. Perfil Econômico. BDI Banco de dados integrado. Uberlândia. 2017. Acesso em 10/07/2018: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/18023.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/18023.pdf)>

VETTORATO, Gustavo. O conceito jurídico do princípio da eficiência da Administração Pública. 2003. Acesso em 30/03/2018: <<https://jus.com.br/artigos/4369/o-conceito-juridico-do-principio-da-eficiencia-da-administracao-publica>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. Acesso em 10/07/2018: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. Acesso em 10/07/2018: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. Acesso em 10/07/2018: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araguari/panorama>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. Acesso em 10/07/2018: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/panorama>>

PDI ENAP. Acesso em 10/07/2018:

<[http://www.enap.gov.br/documents/586024/601741/enap\\_pdi\\_2015\\_2019.pdf/5113a8a5-96d4-457e-843c-8cdf43d9db0](http://www.enap.gov.br/documents/586024/601741/enap_pdi_2015_2019.pdf/5113a8a5-96d4-457e-843c-8cdf43d9db0)>